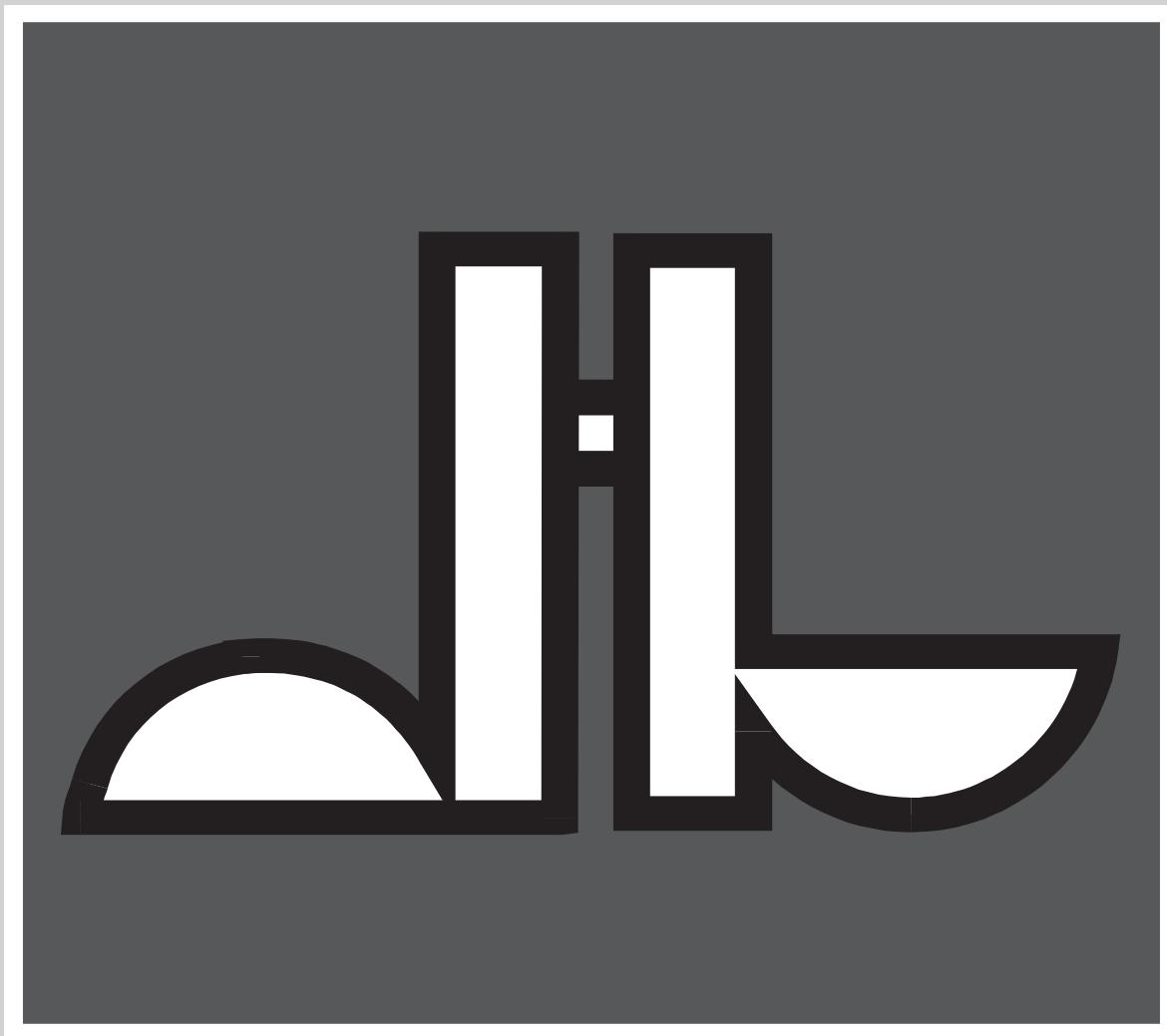




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SESSÃO CONJUNTA

---

CPQ NZ XHK/ Pà233 /'UGZ VC/HGKTC.'9 FG'LWPJ Q FG 4235 / DTCU'NKC/FH

---

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Presidente**  
Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

**1º Vice-Presidente**  
Deputado Andre Vargas (PT/PR)

**2º Vice-Presidente**  
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

**1º Secretário**  
Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

**2º Secretária**  
Senadora Angela Portela (PT/RR)

**3º Secretário**  
Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

**4º Secretário**  
Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

### Mesa do Senado Federal

**Presidente**  
Renan Calheiros (PMDB/AL)

**1º Vice-Presidente**  
Jorge Viana (PT/AC)

**2º Vice-Presidente**  
Romero Jucá (PMDB/RR)

**1º Secretário**  
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

**2ª Secretária**  
Angela Portela (PT/RR)

**3º Secretário**  
Ciro Nogueira (PP/PI)

**4º Secretário**  
João Vicente Claudino (PTB/PI)

**Suplentes de Secretário**

**1º** - Magno Malta (PR/ES)

**2º** - Jayme Campos (DEM/MT)

**3º** - João Durval (PDT/BA)

**4º** - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

### Mesa da Câmara dos Deputados

**Presidente**  
Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

**1º Vice-Presidente**  
Andre Vargas (PT/PR)

**2º Vice-Presidente**  
Fábio Faria (PSD/RN)

**1º Secretário**  
Marcio Bittar (PSDB/AC)

**2º Secretário**  
Simão Sessim (PP/RJ)

**3º Secretário**  
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

**4º Secretário**  
Biffi (PT/MS)

**Suplentes de Secretário**

**1º** - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

**2º** - Wolney Queiroz (PDT/PE)

**3º** - Vitor Penido (DEM/MG)

**4º** - Takayama (PSC/PR)

### EXPEDIENTE

<p><b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Ata</p> <p><b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

### 1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS.

#### 1.1 – EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Emenda Constitucional nº 73, de 2013, que <i>cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões</i> .....	01250
---	-------

#### 2 – ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 6 DE JUNHO DE 2013 .....

2 – ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 6 DE JUNHO DE 2013 .....	01251
--	-------

##### 2.1 – ABERTURA .....

##### 2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 73, de 2013, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2001 (nº 544, de 2002, na Câmara dos Deputados), que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões*.....

01251

##### 2.2.1 – Leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional (Deputado Simão Sessim).....

01251

##### 2.2.2 – Assinatura da Emenda Constitucional .....

01252

##### 2.2.3 – Promulgação da Emenda Constitucional .....

01252

##### 2.2.4 – Fala da Presidência (Deputado André Vargas) .....

01252

##### 2.2.5 – Pronunciamentos

Senador Sérgio Souza.....

01254

Deputado Amauri Teixeira .....

01255

Deputado Leonardo Quintão.....

01257

Sr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.....

01257

Sr. Nino Toldo, Presidente da Associação dos

Juízes Federais do Brasil .....

01258

Senador Walter Pinheiro .....

01259

Deputado Reginaldo Lopes .....

01260

Deputado Gabriel Guimarães .....

01261

2.3 – ENCERRAMENTO.....

01261

## CONGRESSO NACIONAL

### 3 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) .....

01262

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..

01266

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007) .....

01270

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) ....

01271

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

01272

Comissões Mistas Especiais .....

01275

### 4 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) .....

01279

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) .....

01280

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) .....

01281

# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73

### **Cria os Tribunais Regionais Federais da 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Regiões.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

“Art. 27. ....

§ 11. São criados, ainda, os seguintes Tribunais Regionais Federais: o da 6<sup>a</sup> Região, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina

e Mato Grosso do Sul; o da 7<sup>a</sup> Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Gerais; o da 8<sup>a</sup> Região, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; e o da 9<sup>a</sup> Região, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.”(NR)

Art. 2º Os Tribunais Regionais Federais da 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Regiões deverão ser instalados no prazo de 6 (seis) meses, a contar da promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de junho de 2013.

### **Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado **André Vargas**,  
1º Vice-Presidente  
no exercício da Presidência

Deputado **Fábio Faria**,  
2º Vice-Presidente

Deputado **Simão Sessim**,  
2º Secretário

Deputado **Maurício Quintella Lessa**,  
3º Secretário

Deputado **Biffi**,  
4º Secretário

Deputado **Gonzaga Patriota**,  
1º Suplente de Secretário

### **Mesa do Senado Federal**

Senador **Romero Jucá**,  
2º Vice-Presidente  
no exercício da Presidência

Senador **Flexa Ribeiro**,  
1º Secretário

Senador **Magno Malta**,  
1º Suplente de Secretário

Senador **Jayme Campos**,  
2º Suplente de Secretário

## Ata da 12<sup>a</sup> Sessão Conjunta (Solene), Em 6 de junho de 2013

### 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 54<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. André Vargas*

*(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 26 minutos e encerra-se às 10 horas e 33 minutos no Plenário do Senado Federal)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 73/2013, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2001 (nº 544/2002 na Câmara dos Deputados), que cria os Tribunais Regionais Federais da 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Regiões.

Composição da Mesa. Compõem a Mesa com esta Presidência: Senador Romero Jucá, Presidente do Senado Federal; Deputado Simão Sessim, 2º Secretário da Câmara dos Deputados; Senador Sérgio Souza, do Paraná, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos Tribunais Regionais Federais aqui no Senado Federal; Deputado Amauri Teixeira, Coordenador pela Câmara dos Deputados, que foi também muito importante nessa mobilização; Senador Jayme Campos, membro da Mesa do Senado Federal; Deputado Leonardo Quintão, representando Minas Gerais.

Quero convidar para compor a Mesa: Nino Toldo, Presidente da AJUFE e agora Desembargador, recentemente empossado, e Dr. Marcus Vinícius, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Está presente também, é claro, o nosso companheiro Maurício Quintella Lessa, 3º Secretário na Câmara dos Deputados. S.Exa. pede escusas por não poder permanecer até o final, porque coordena a sessão solene que ocorre agora na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da emenda constitucional. Foram preparados cinco exemplares, destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Sr. Deputado Simão Sessim fará a leitura dos autógrafos da emenda constitucional. Em seguida, proceder-se-á às suas assinaturas.

*É lido o seguinte:*

*"Emenda Constitucional nº 73*

*Cria os Tribunais Regionais Federais da 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Regiões.*

*As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:*

*Art. 1º O art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:*

*'Art. 27. ....*

*§ 11. São criados, ainda, os seguintes Tribunais Regionais Federais: o da 6<sup>a</sup> Região, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; o da 7<sup>a</sup> Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Gerais; o da 8<sup>a</sup> Região, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; e o da 9<sup>a</sup> Região, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.'*

*Art. 2º Os Tribunais Regionais Federais da 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Regiões deverão ser instalados no prazo de 6 (seis) meses, a contar da promulgação desta Emenda Constitucional.*

*Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.*

*Assinam: A Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa do Senado Federal.*

*É a seguinte a Emenda na íntegra:*

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73**

***Cria os Tribunais Regionais Federais da 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Regiões.***

*As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-*

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

“Art. 27. ....

.....  
§ 11. São criados, ainda, os seguintes Tribunais Regionais Federais: o da 6ª Região, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; o da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Ge-

rais; o da 8ª Região, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; e o da 9ª Região, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.”(NR)

Art. 2º Os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões deverão ser instalados no prazo de 6 (seis) meses, a contar da promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de junho de 2013.

### Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado **André Vargas**,  
1º Vice-Presidente  
no exercício da Presidência

Deputado **Fábio Faria**,  
2º Vice-Presidente

Deputado **Simão Sessim**,  
2º Secretário

Deputado **Maurício Quintella Lessa**,  
3º Secretário

Deputado **Biffi**,  
4º Secretário

Deputado **Gonzaga Patriota**,  
1º Suplente de Secretário

### Mesa do Senado Federal

Senador **Romero Jucá**,  
2º Vice-Presidente  
no exercício da Presidência

Senador **Flexa Ribeiro**,  
1º Secretário

Senador **Magno Malta**,  
1º Suplente de Secretário

Senador **Jayme Campos**,  
2º Suplente de Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Assino, neste momento, com os demais membros da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a Emenda Constitucional nº 73, de 2013. E assino com uma BIC, em homenagem ao povo brasileiro, porque a justiça federal é para o povo, para a população, que demanda justiça. (*Palmas*.)

Por uma questão formal, só os membros da Mesa assinam, alertado pelo Senador Sérgio Souza e pela Dra. Cláudia Lyra.

Solicito aos presentes que se coloquem de pé.

Nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 73, de 2013. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Em 2001, o Senador Arlindo Porto, de Minas Gerais – não sei se S.Exa. está presente, mas esteve presente

na votação, na Câmara dos Deputados –, apresentou a PEC 29, de 2001, que dispunha sobre a criação dos Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região.

Conforme essa proposição, o TRF da 6ª Região ficaria sediado na cidade de Curitiba e teria jurisdição sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Por sua vez, o TRF da 7ª Região ficaria sediado em Belo Horizonte e teria jurisdição nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Após votação, em dois turnos, o Senado Federal aprovou, em 2002, a criação de quatro novos TRFs propostos: 6ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; 7ª Região, com sede Belo Horizonte e jurisdição no Estado de Minas Gerais; 8ª Região, com sede em Salvador e jurisdição nos Estados da Bahia e

Sergipe; 9ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Após aprovação pelo Senado Federal, a proposição foi enviada à Câmara dos Deputados, onde recebeu o número de 544, de 2002. A proposição tramitou na Câmara dos Deputados entre 2002 e 2013, quando foi aprovada, em segundo turno, dando por concluído o devido processo legislativo.

É importante lembrar que aqui no Senado o Relator foi o Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná.

Encontra-se presente seu irmão, Alvaro Dias, que é um dos militantes dessa causa desde longa data (*palmas*); a sociedade do Paraná e várias entidades, em homenagem a essa mobilização também no Estado do Paraná.

Na Câmara dos Deputados, teve como Relatores, inicialmente, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, pela admissibilidade. Depois – aqui presente também –, o Deputado Eduardo Sciarra, do PSD do Paraná, que merece todas as homenagens. (*Palmas*.)

Conforme a Constituição Federal, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal devem promulgar a emenda constitucional que foi aprovada pelas Casas do Congresso.

Por meio de estudos elaborados por diversos setores da nossa sociedade, vieram à tona as mais pertinentes demonstrações da necessidade premente da criação desses novos tribunais.

Estudos elaborados pelo Conselheiro do CNJ, Juiz do Trabalho e Mestre em Direito, além de Presidente da AMATRA, em São Paulo, José Lúcio Munhoz, explica com muita propriedade a necessidade da criação desses tribunais. Em seus dizeres, o Conselheiro informa que anualmente são distribuídos cerca de 3.920 novos processos por desembargador; nos TRTs, são 1.234 processos. É óbvia a diferença. Nos tribunais de justiça, esse número chega a 1.127, o que determina uma média muito acima do razoável e aceitável.

Essa é a nossa triste realidade atual, em termos de prestação jurisdicional ao cidadão brasileiro.

Fazendo uma comparação, esse mesmo estudo mostra que no Canadá, por exemplo, um desembargador julga em média de 150 a 350 processos por ano, números similares aos dos países europeus.

Analizando essa demanda, nota-se com firmeza ser esse o principal fato de justificação da criação de novos tribunais.

Não bastassem os números assustadores listados acima, que praticamente inviabilizam a prestação jurisdicional otimizada, além de comprometer a qualidade das decisões, sabe-se que a tendência é de aumento permanente da demanda e de que-

da também permanente da qualidade, se mantido o quadro atual sem a criação desses novos tribunais.

Imagino que, ao superar essas pendências e debates que já fizemos na votação, resta ao Congresso Nacional efetivamente um apelo à sociedade brasileira e, principalmente, às entidades que aqui estão, que permaneçam mobilizadas, porque, em função das polêmicas, algumas legítimas, verdadeiras, sinceras e em tempo, outras não tão legítimas, porque não foram feitas no tempo adequado, nos 12 anos em que tramitou essa emenda, e não tão lastreada nos fatos, como as que recentemente ouvimos, permanece a mobilização, porque há sempre aqueles que ainda não entenderam que o que está em jogo aqui é exatamente a prestação de um melhor serviço ao cidadão brasileiro, que demanda a Justiça Federal todos os dias.

Então, a partir da promulgação, agradecemos, naturalmente, à Frente Parlamentar, à AJUFE, à OAB, presentes na Mesa, mas também a segmentos da sociedade civil que se mobilizaram e estiveram presentes em praticamente todos os momentos, nos momentos de votação, nos momentos em que nem sempre a inclusão na pauta era acolhida, principalmente na Câmara dos Deputados, onde essa emenda constitucional permaneceu por muitos anos. E, ainda assim, 12 anos depois, há aqueles que dizem que ela foi feita apressada, açodadamente. Essa é uma das críticas absolutamente indevidas.

Portanto, o que nos resta agora, além de celebrar uma conquista dessa ordem, agradecendo aos representantes das entidades, muito especialmente à Dra. Maria Tereza Uille Gomes, que está aqui representando o Governador Beto Richa – e é claro que há muitos Governadores atentos –, também ao Sr. Paulo Salamuni, Presidente da Câmara de Curitiba, que aqui está, aos representantes de órgãos de imprensa, como a RPC, do Paraná, Dra. Milena, que aqui está, que também foram muito importantes, ao Dr. Furlan, que esteve presente em todos os momentos, assim como o Bochenek, Presidente da APAJUFE, no Paraná, e a todas as entidades de classe, mas, muito especialmente, aos segmentos da sociedade civil. Nós não podemos e não devemos deixar de nos mobilizar nessa hora, porque haverá sempre discussões até a devida implementação.

Ontem, estive com o Presidente do STJ, a quem compete de fato o encaminhamento para a regulamentação da implementação desses tribunais. Em todos os momentos, o Presidente Félix Fischer – está aqui o nosso candidato Nefi, e torcemos que logo esteja por lá – reafirmou que tem a compreensão da exata dimensão de que não se trata de novos tribunais em Curitiba, no Paraná, e que quem ganha não é o Paraná,

é o povo brasileiro, aqueles que estão no Mato Grosso do Sul – e está aqui também o 4º Secretário Biffi –, não é só o Paraná que está devidamente citado e representado aqui, mas também Santa Catarina. Quem ganha são os brasileiros que moram nesses Estados que poderão ter a prestação de serviço, inclusive os gaúchos, que terão melhores condições na prestação dos serviços no seu Estado.

Portanto, não se trata de uma questão regional, localizada, é uma questão nacional. O Brasil de 1988 era um, o Brasil de 2013 é outro. É claro que, na medida em que se instala em Salvador – estão aqui Lucio Vieira Lima e vários outros representantes, como Florence, lá ao fundo, e também o Amauri –, há uma celebração nesses Estados. Mas, naturalmente, os Estados que serão atendidos serão melhor contemplados.

Assim também acontece na Região Norte do País. Houve uma polêmica. O Senador Flecha estava conosco, assinou o autógrafo dessa emenda constitucional, e é claro que toda a região ganha. Hoje, três Estados da Região Norte têm que se dirigir a Brasília para uma demanda de segunda instância.

Isso também acontece com Minas Gerais. Praticamente metade dos processos julgados aqui neste Tribunal vem de Minas Gerais. Portanto, é perfeitamente justo que celebremos a conquista para o povo brasileiro.

É claro que outras medidas em tramitação na Casa e que poderão dar celeridade à Justiça haverão de ser tomadas. Ninguém se ilude, dizendo que ao se criarem os tribunais todos os problemas estarão resolvidos. E ainda, aqui no Parlamento, Câmara dos Deputados e Senado Federal, questões que estão tramitando implicam debate importante.

Está aqui o Breda, pela Ordem dos Advogados do Paraná, nosso Presidente, que também foi muito importante. E chegou agora o 2º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Concluímos nosso discurso – e poderíamos lê-lo aqui, mas sei que não era o que desejavam, muitos Parlamentares têm seus compromissos – mais ou menos nesse sentido: de celebrar juntos e refutar, ao final, que... É claro que aqueles que não estão compreendendo o dia a dia eventualmente não entendem a dinâmica, seja da necessidade de cidadãos que discutem, por exemplo, a sua aposentadoria e precisam esperar que a causa chegue a Porto Alegre, a Brasília, eventualmente até ao STJ, para ver a sua causa resolvida. Muitos falecem antes de ver o seu direito garantido. Direito às vezes líquido e certo, mas que, em função desses procedimentos burocráticos, impedem o acesso à Justiça.

Ao final, preciso dizer claramente o que estamos fazendo aqui. Eu li alguns jornais noticiarem que ha-

verá uma manobra para que haja a promulgação da matéria relativa aos tribunais. Longe disso. Ontem, ao decolar do Brasil rumo a Portugal, o Presidente Renan Calheiros, sabendo da nossa determinação para realizar esta sessão, nos parabenizou, disse do seu entendimento inicial, mas que compreendia a natureza dessa nossa ação. Portanto, há perfeita sintonia no Parlamento brasileiro, no Congresso Nacional como um todo, Câmara dos Deputados, Senado Federal.

Chegou aqui Anthony Garotinho, Líder do PR. Obrigado.

Portanto, não há outro procedimento para a Mesa do Congresso Nacional, a não ser a sanção por ato consequente daquilo que foi a vontade expressiva, majoritária, unânime do Senado Federal, e, depois, majoritária, não unânime, mas um debate importante, que ocorreu na Câmara dos Deputados.

Então, o passo a mais que damos hoje é no sentido de fortalecer a democracia. E verdadeira democracia é quando há respeito entre os Poderes, mas, fundamentalmente, a garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros. E é disso que se trata.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Naturalmente, compreendendo aqueles que têm seus compromissos, o Senador Sérgio Souza vai falar pelo Senado Federal.

O Senador Sérgio Souza, também do Paraná, desempenhou papel preponderante nessa mobilização. Então, nada mais justo do que lhe conceder a palavra.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, André Vargas, V.Exa. não quis fazer um discurso escrito, mas eu trouxe um aqui (Risos.)

Incialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento especial aos meus colegas do Senado, Senadores Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e Ciro Nogueira, que concordaram em ser signatários na promulgação desta proposta de emenda constitucional, porque a regra constitucional diz que pelo menos quatro membros das Mesas das Casas têm de assinar.

Em especial, quero fazer um agradecimento aos meus amigos do Paraná. O Paraná, mais uma vez, é a maior expressão nos atos que nos levaram a promulgar hoje esta emenda constitucional.

Vejo aqui o Edson Ramon, da ACP, que fez esse trabalho maravilhoso que conta toda a história dessa proposta de emenda constitucional; o Anderson Furian, Juiz Federal, ex-Presidente da APAJUFE, e hoje o Presidente é o Bochenek, que está aqui conosco; a Milene, que representa a RPC, que representa a família Cunha Pereira, que iniciou esse trabalho lá no Estado

do Paraná; a Maria Teresa Uille Gomes, Secretária de Estado da Justiça e Relatora da revisão da Lei de Execuções Penais em uma Comissão Especial constituída pelo Senado Federal, que representa o Governador Beto Richa; Mário Stamm, representando a FIEP; representantes da ACP, da OCEPAR; meu amigo Nefi Cordeiro que, se tudo correr bem e o grande Arquiteto quiser, vai ser Ministro do STJ. Passou há pouco aqui Néviton, o nosso Desembarcador aqui do TRF-1, em Brasília, que também sempre esteve junto conosco; meu colega de Senado, Senador Alvaro Dias, que foi o Relator da minha Proposta de Emenda Constitucional nº 42 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que está na Mesa – acho que agora, Dra. Cláudia, perde o objeto –, e que, de maneira rápida e ágil, a trouxe para o Senado Federal.

Todos os Deputados do Paraná sempre estiveram presentes, ativos nessa causa.

Faço esse registro em nome do Deputado André Vargas, que, na reta final, teve o privilégio de presidir as duas sessões: na Câmara dos Deputados, a votação dessa proposta de emenda constitucional, e agora, no Congresso Nacional, que promulga a PEC 544, a qual se torna a Emenda Constitucional nº 73 – um número que eu jamais esquecerei.

Tenho o privilégio, junto com o Deputado Amauri Teixeira, esse grande guerreiro, de conduzir essa Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos TRFs, e quero aqui destacar a sua importância.

A Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos TRFs foi instituída há cerca de 2 anos – pouco menos de 2 anos –, e deu um caráter institucional a essa causa, que não é uma causa minha, que não é uma causa do Deputado Amauri, que não é uma causa do Deputado André Vargas, do Deputado Eduardo Sciarra, do Deputado Osmar Serraglio, do Deputado André Zacharow, ou de qualquer Parlamentar ou de qualquer cidadão paranaense ou brasileiro. Essa é uma causa do Brasil.

Senhores, nós brasileiros, na Constituição Federal de 1988, colocamos, no art. 27, do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais, a criação de cinco tribunais. O Brasil ali, através do seu poder constituinte, dos seus representantes, colocou dois princípios, que são: números de processos e territorialidade.

Como estamos observando a territorialidade, Senador Romero Jucá, se seu Estado, os Estados do Amazonas, Roraima, Acre, qualquer Estado do Norte, todos têm de vir a Brasília? Portanto, Dr. Nino Tol多 – nosso amigo, defensor dessa causa, Presidente da Associação dos Magistrados Federais do Brasil –, Senador Jayme Campos, como não defender essa causa, se um único Tribunal Regional Federal, sedia-

do em Brasília, sozinho, representa quatorze Unidades Federativas, incluindo Brasília, e o Mato Grosso?

Meu caro amigo Marcus Vinícius, Presidente do Conselho Federal da OAB, Juliano Breda, Presidente da OAB do Paraná, como respeitar o princípio do número de processos, se, em 1989, nós tínhamos menos de 100 mil processos e, hoje, temos mais de 1,1 milhão de processos parados nos Tribunais Regionais Federais?

A causa é justa. Eu não ouvi nada contrário à matéria de ninguém dentro do Congresso Nacional, nem mesmo daqueles que diziam que ela não deveria tramitar, alegando eventual vício de origem. Mesmo esses sempre afirmaram que, no mérito, a causa é justa.

Vou encerrar, para não tomar muito tempo de V.Exas. e porque este é um momento de festa, mas faço um apelo a todos aqueles que têm a prerrogativa de questionar eventual constitucionalidade pelo vício de origem.

Primeiro, eu entendo que não há vício de origem, já que nós estamos falando de proposta de emenda constitucional, e o poder derivado constituinte, para emendar a Constituição, é do Congresso Nacional. E foi o que nós fizemos.

Esse é o entendimento não apenas meu, mas é o entendimento de juristas, é o entendimento da maioria dos Parlamentares do Congresso Nacional. Portanto, reitero o apelo a todos aqueles que têm prerrogativa de questionar a constitucionalidade da matéria. Estão aqui a OAB, o Ministério Público Federal, o próprio Governo Federal, através da AGU, peço que entendam a causa que, repito, não é causa minha ou de qualquer um neste Plenário, mas é causa do Brasil.

Nós queremos dar celeridade ao processo, a fim de atender o cidadão brasileiro e dar a ele uma justiça eficiente.]

Muito obrigado.

Um bom dia a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – O Deputado Amauri Teixeira não queria falar, mas nós fazemos questão de ouvi-lo, já que, na Câmara dos Deputados, isso nunca acontece. É muito raro ouvirmos um discurso do Deputado Amauri Teixeira.

**O SR. AMAURITEIXEIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos.

Eu não poderia deixar de falar neste momento.

Cheguei à Câmara dos Deputados e busquei questões que pudessem melhorar o funcionamento da Federação brasileira, especialmente colocando a Bahia num papel mais central. E, dentro dessas causas, identifiquei a centralização dos Tribunais Regionais Federais, diferente de toda a Justiça brasileira. Toda a Justiça brasileira tem tribunais descentralizados. Os TREs são por Estados, os TRTs são por Estados e,

evidentemente os TJs são por Estados. Mas os TRFs estavam concentrados, provocando distorção na Federação.

O Senador Flexa Ribeiro tem razão: o Pará merece um tribunal. A Região Norte é maior que alguns países. E nós achamos que esse é o início da correção de uma distorção federativa.

É claro que não temos, a curto prazo, a perspectiva de ter Tribunais Regionais Federais em todos os Estados do Brasil, mas, no plano estratégico, a Federação apenas corrigirá essa distorção quando tivermos, na Justiça Federal, uma dimensão ou uma estrutura equivalente às demais Justiças.

Eu, na qualidade de Presidente da Frente, agradeço primeiro ao Senador Sérgio Souza. Quando propus a criação da Frente, que era mista, nós buscamos um parceiro no Senado Federal. O Senador Sérgio Souza foi o parceiro ideal. É verdade, eu sempre tenho dito, que o Paraná é o Estado mais engajado, e isso, em grande medida, graças ao trabalho do Senador.

Nós estamos apenas vencendo uma primeira etapa e estamos muito felizes por isso, tendo em vista que muitos não acreditavam no projeto. Muitos achavam que a PEC não seria votada em primeiro turno. E aí contamos com a contribuição do Deputado André Vargas, que teve o papel central ao colocar a matéria em votação em primeiro turno. E nós a aprovamos. Muita gente, depois dos equívocos e das intromissões indevidas do Presidente do Supremo, achava que nós não votaríamos a PEC em segundo turno, mas nós votamos e aprovamos também em segundo turno. O Deputado André Vargas teve também aí papel decisivo. Muita gente achava que nós não promulgaríamos a PEC.

Eu quero homenagear e aqui reconhecer o trabalho do Senador Alvaro Dias, do Deputado Eduardo Sciarra, do Deputado Osmar Serraglio, da Deputada Rosane Ferreira, do Deputado Rubens Bueno, que não está presente, mas que como Líder agiu decisivamente, como toda a bancada do Paraná. Agradeço também à bancada de Minas Gerais, especialmente ao Deputado Lincoln Portela, à época Presidente do PR. Agradeço à Deputada Margarida Salomão, que aqui estava, e ao Deputado Padre João. O Deputado Lincoln Portela foi uma figura importante, assim com o Deputado Átila Lins e os demais companheiros do Amazonas. Agradeço a toda a bancada da Bahia. Esteve aqui o Deputado Daniel Almeida, que teve papel decisivo, o Deputado Afonso, o Deputado Lucio Vieira Lima. As bancadas, como um todo, tiveram um papel importante.

Tiveram também papel importante as entidades da sociedade civil; desde as confederações da indústria, do comércio da agricultura até os sindicatos. E nós vamos

precisar mais do que nunca agora, porque seria uma frustração nós escrevermos na Constituição brasileira o nome dos Tribunais Regionais Federais da Bahia, de Minas Gerais, do Amazonas e do Paraná, e não materializarmos, como há na Constituição, uma série de questões previstas e não materializadas. Nossa meta não é essa. Nossa meta é concretizar esses tribunais.

Por isso, na segunda etapa, a Frente precisa muito mais dos senhores do que agora. Vencemos apenas uma etapa e vamos continuar, com toda a nossa energia, com a segunda etapa, para que implantemos os quatro tribunais em Estados que reconhecidamente têm papel importante dentro da Federação brasileira. Minas tem uma história, tem um papel e tem uma importância, Deputado Reginaldo – V.Exa., que está aqui e também deu uma contribuição importante. Minas, Paraná e Bahia têm um papel central. A Bahia albergou o primeiro tribunal da América. A Bahia tem um papel histórico fundamental, tem uma importância econômica e política fundamental na Federação brasileira.

Eu comentava com um amigo meu que é muito pequeno uma capital como Salvador não ter um TRF. Apequena Curitiba não ter um TRF, assim como Belo Horizonte e Manaus não ter um TRF. Nós estamos engrandecendo esses Estados e vamos continuar para engrandecer todos os Estados da Federação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) –

Citei rapidamente, mas queria novamente agradecer a presença à Secretaria de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille, representando o Governador Beto Richa. V.Exas. notaram que o Paraná está bem presente aqui. Mas também agradeço ao Bruno Pessuti. Ontem recebei uma mensagem do ex-Governador Orlando Pessuti, parabenizando-nos e congratulando-nos por este evento.

Nem sempre em audiências, em grandes eventos como este se observa a devida gratidão àqueles que não são Parlamentares, não são Secretários de Estado, não são Governadores, não estão no exercício do mandato, mas que foram muito importantes para sua realização. Nós já agradecemos aqui a várias entidades que estão representadas: a FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o AJE e a Associação Comercial do Paraná. Mas eu queria fazer um agradecimento especial a alguém que teve importância fundamental para juntar e mobilizar as pessoas. Normalmente, nós não agradecemos aos nossos assessores, aos nossos chefes de gabinete, que trabalham nos bastidores e viabilizam eventos desta ordem. Falava agora com a Dra. Cláudia, que foi importantíssima para que nós tivéssemos este evento, mas queria agradecer especialmente ao Mário Stamm, de Londrina, que

fez toda essa mobilização junto conosco. Então, na pessoa de Mário Stamm, agradeço a todos os nossos assessores, que foram fundamentais na mobilização, a exemplo de meu chefe de gabinete, o Rabelo, e vários, mas especialmente ao Mário Stamm, que realmente foi muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Eu queria passar a palavra agora rapidamente ao nosso Deputado Leonardo Quintão, que juntamente com Lincoln Portela também representa Minas Gerais. Logo em seguida S.Exa. também fará uso da palavra pelo PR.

Estão presentes os Deputados Reginaldo Lopes, Padre João e André Zacharow. Todos têm as suas atividades, nós temos várias audiência ainda na quinta-feira.

**O SR. LEONARDO QUINTÃO** (PMDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve.

Quero parabenizar aqui o ex-Senador Arlindo Porto, que há quase 20 anos iniciou essa matéria. Quero parabenizar também toda a bancada mineira, na pessoa do seu coordenador, Deputado Fábio Ramalho; os Deputados Lincoln Portela, que, em todas as reuniões, sempre se fez presente; Reginaldo Lopes, Presidente do PT nacional; Padre João; toda a bancada mineira, presente na unanimidade na Câmara; o ex-Deputado Glycon Terra Pinto, que quando esteve aqui nesta Casa sempre esteve presente nessa luta; os Senadores Clésio Andrade, que trabalhou muito; Aécio Neves, sempre presente nesta batalha; Zeze Perrella, que também, aqui no Senado, votou com a matéria.

Creio que estamos fazendo, Deputado Lincoln, hoje, uma nova história para o Estado de Minas, para os cidadãos do nosso Estado. Como disse o Deputado André Vargas, para aquele cidadão aposentado, que está com um trâmite na Justiça há anos, e a causa não é votada única e exclusivamente por cronologia, porque está aqui em Brasília... Eu estive com o desembargador há 6 meses, oportunidade em que ele me falou: *“Leonardo, eu fico com pena das mães que vêm aqui reivindicar os seus direitos. Será votado daqui a 70 anos, porque temos aqui na minha Vara 28 mil processos”*.

Isso que nós estamos fazendo aqui é cidadania. Então, Deputado André, parabéns. Parabéns, Senador Jucá. Parabéns, Frente Parlamentar. Eu me sinto muito honrado por ser escolhido pela bancada, por estar falando neste momento.

Que Deus nos abençoe nessa empreitada. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Obrigado, Deputado Leonardo Quintão. Realmente V.Exa. já citou os Parlamentares de Minas, e eu deveria tê-lo feito.

Estiveram aqui conosco também os Deputados Alex Canziani, Zacharow, do Paraná, Leopoldo Meyer, Rosane, Serraglio e o Professor Sérgio. O Paraná, como os senhores podem ver, está cuidando. Também estão aqui Parlamentares de vários Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas PT-PR) – Passo a palavra ao Presidente da OAB, Marcus Vinícius, representando também o Breda.

**O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COËLHO** – Sr. Presidente da 12ª Sessão Conjunta Solene do Congresso Nacional, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 73, Sr. Deputado Federal André Vargas, que, neste momento, protagoniza um momento histórico, uma causa da República que se faz vitoriosa, fruto da luta da sociedade brasileira reconhecida pelo Congresso Nacional; Exmo. Sr. Senador Jayme Campos. Também cumprimento de forma muito especial os Senadores Romero Jucá, que teve de sair, e Sérgio Souza, verdadeiros baluartes dessa causa. O Deputado Federal Amauri Teixeira, o Deputado Federal Leonardo Quintão, de Minas Gerais, síntese do que há de melhor neste País. Bem lembrou S.Exa. a autoria desta nossa PEC, o primeiro subscritor, o nosso querido Parlamentar Arlindo Porto, o que de fato simboliza essa união do Paraná, de Minas e dos demais Estados brasileiros. Também faço uma saudação ao meu colega dirigente de Ordem, lutador, verdadeiro batalhador desta causa, Juliano Breda (palmas); Nino Toldo, Presidente da AJUFE, e, em seu nome, cumprimento todos os dirigentes de associações aqui presentes, inclusive a minha amiga Dra. Candice Galvão, Presidente da AJUFER, a Associação dos Juízes da Primeira Região.

Dirijo uma saudação especial ao Senador Alvaro Dias, símbolo, exemplo de Parlamentar ético, aguerrido, dedicado a este País, que merece todo o reconhecimento da advocacia brasileira e certamente da sociedade brasileira, em especial do povo do Paraná. Sou testemunha da sua dedicação na Câmara Alta do Congresso Nacional.

Faço, além da saudação, pelas razões já expostas, à criação dos novos tribunais, pela aproximação da Justiça do povo ao qual ela se destina. Quanto mais próxima a Justiça da sociedade que é julgada, melhor para a prestação jurisdicional. Este é o ganho principal da criação dos novos tribunais: a Justiça Federal de Segunda Instância mais próxima da sociedade, mais próxima das questões que serão julgadas. Sem dúvida alguma, esse maior distanciamento não contribui para a Justiça no caso concreto. Portanto, esse ganho já é inegável. Esta é uma vitória da cidadania, uma vitória da democracia, uma vitória também da competência

do Congresso Nacional de representar a sociedade na legislação, na edição de atos legislativos.

O Congresso Nacional é o baluarte da democracia. Neste Poder estão representadas as minorias. Os Congressistas que aqui se encontram foram eleitos diretamente pelo voto popular. A eles cabe a alta responsabilidade de legislar, de dizer ao País quais são as normas que devem ser cumpridas e quais são as normas que o Supremo Tribunal Federal deve cumprir, interpretar.

Essa é a tarefa dos representantes do povo, que muito bem foi desincumbida nessa promulgação, na aprovação e, agora, na promulgação dessa emenda constitucional.

Costumo dizer que não há democracia sem política, não há democracia sem representante popular, não há democracia sem povo, e não há política sem políticos. Essa atividade ou esse discurso que criminaliza, que diminui e que generaliza a atividade pública como algo negativo é um discurso antidemocrático, é um discurso antirrepublicano. Não podemos admitir. Eventuais falhas e defeitos devem ser corrigidos, extirpados, mas nós devemos defender a atividade política como algo importante para a democracia brasileira. O Congresso Nacional é sem dúvida alguma a Casa da democracia, a Casa da liberdade. Tanto que o primeiro ato de uma ditadura militar é simplesmente garrotear, fechar as portas do Congresso Nacional. Por isso é preciso defender a competência do Congresso Nacional de editar as normas, de fazer valer a vontade popular.

Do ponto de vista técnico, devo ressaltar que a mudança de redação efetuada na Câmara dos Deputados foi meramente de redação formal, sem qualquer alteração de conteúdo. Simplesmente, a Câmara retirou algo da emenda constitucional que não terá qualquer efeito. Por quê? Porque uma outra norma constitucional já prevê aquilo que foi retirado, que é justamente que os tribunais serão compostos respeitando o quinto constitucional da Advocacia e do Ministério Público. Se a Constituição Federal já prevê em dispositivo próprio que todos os tribunais devem respeitar o quinto constitucional da Advocacia e do Ministério Público na sua composição, sentido algum faria a emenda constitucional repetir essa previsão em relação a esses tribunais. Foi tão somente isso que a Câmara fez: uma alteração de redação sem qualquer modificação no conteúdo.

No outro argumento que se levanta, quanto ao vício de iniciativa, quero registrar que esses tribunais foram criados – e estão sendo criados, a partir deste momento da promulgação –, da mesma forma que foi editada a republicana Emenda Constitucional nº 45, Senador Alvaro Dias, que criou o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Públ-

co. Quem litigar contra a PEC desses tribunais tem que entender a sua alta responsabilidade de também estar litigando contra o CNJ e contra o CNMP. Não há opção. Se o Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucional, por vício de iniciativa, a criação desses tribunais, também, em uma ação direta seguinte, que será proposta certamente por alguém interessado, deverá declarar inconstitucional a criação do CNJ e do CNMP.

Faço esse registro para dizer que não faz o menor sentido este argumento do vício de iniciativa, porque, como ontem, inclusive o Senado teve oportunidade de ouvir do próximo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, não faz o menor sentido retirar da atual maioria parlamentar o direito de representar o povo. Não faz o menor sentido retirar do Congresso Nacional o poder-dever de fazer a Justiça mais próxima da população.

Portanto, os 761 mil advogados do Brasil parabenizam, pelo Conselho Federal da OAB, o Congresso Nacional por esse momento histórico e que atende a reivindicação justa e efetiva da sociedade brasileira por uma Justiça mais próxima da população.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Obrigado, Dr. Marcus Vinícius.

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Anunciamos – e já está incluída aqui na Mesa – a presença do Ministro do STJ Sérgio Luiz Kukina. Agradecemos muito a sua presença aqui, é uma manifestação de apreço e apoio a essa causa que é de todos os brasileiros. (*Palmas.*)

Acabam de chegar os Deputados Odair Cunha e Alfredo Kaefer, o Senador Inácio Arruda, do Ceará, que está ao fundo, e, especialmente, o Senador Walter Pinheiro, da Bahia. É muito importante a sua presença nessa mobilização que não parará.

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Desembargador Nino Toldo, um dos líderes dessa mobilização e Presidente da AJUFE.

**O SR. NINO TOLDO** – Deputado André Vargas, Presidente em exercício do Congresso Nacional; Deputados Simão, Amauri Teixeira e Leonardo; Senadores Sérgio Souza, Jayme Campos; Ministro Sérgio Kukina; meu amigo Marcus Vinícius, Presidente do Conselho Federal da Ordem, Dr. Juliano Breda, Presidente da OAB do Paraná; demais Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores; meus amigos; colegas juízes federais.

Hoje é um dia histórico, um dia de grande felicidade para nós juízes federais, é um dia de agradecimento, de reconhecimento do trabalho e da luta de todas as pessoas que foram aqui mencionadas e que

levaram à promulgação da Emenda Constitucional nº 73, que cria quatro novos Tribunais Regionais Federais.

Eu não pretendo repetir tudo que já foi dito aqui, mas gostaria de ressaltar um aspecto que foi mencionado pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que é o de que arguir a inconstitucionalidade dessa proposição hoje transformada em emenda constitucional, por vício de iniciativa, é manifestar-se contra o Conselho Nacional de Justiça, contra o Conselho Nacional do Ministério Público, que foram criados por emenda constitucional de iniciativa parlamentar. E há que se lembrar que não se pode ter iniciativa de Proposta de Emenda à Constituição se não por um Parlamentar. O limite a uma proposição dessa natureza no que toca ao Poder Judiciário é o das cláusulas pétreas, o daquelas cláusulas que garantem prerrogativas da Magistratura, prerrogativas do Ministério Público, porque são prerrogativas nessas hipóteses de defesa da sociedade.

A criação de novos tribunais atende diretamente a uma necessidade do povo brasileiro. Muito se disse que essa proposição de criação de tribunais era para atender a interesses corporativos da Magistratura, de quem queria se promover, de advogados que queriam empregos. E, por isso, nós, das associações de classe, chegamos até a ser insultados, Senador Sérgio Souza, por quem deveria defender o Poder Judiciário. E por essa razão, a fala do Deputado Amauri Teixeira, na parte em que destacou que vencemos uma etapa, há que ser levada com muita seriedade. Essa foi uma etapa vencida muito importante, é uma data histórica a de hoje, mas nós ainda temos um bom trabalho pela frente.

E, aqui, eu gostaria de destacar, Sr. Senadores, Srs. Deputados, não como magistrado, mas como cidadão brasileiro, o que me emociona neste momento, o que comprova que estamos aqui numa causa do povo brasileiro é que não há coloração partidária nesse ato. Aqui, nós vemos uma união poucas vezes vista, em que se unem Parlamentares de diversos partidos, de diversas ideologias, unidos à sociedade, às organizações da sociedade civil organizada, das quais a AJUFE faz parte, como representante de uma importante classe, que é a dos magistrados federais. E ver essa união é algo que sinceramente emociona, porque no Brasil, atualmente, isso não tem sido tão visto.

Por isso, o sentimento que envolve este momento de promulgação da Emenda Constitucional nº 73 deve ser guardado nos nossos corações como uma marca. E quis o destino que eu estivesse aqui como Presidente da nossa associação de classe.

Ricardo Rabelo, meu grande amigo de concurso da Justiça Federal, eu até nessa linha de discussão de

que são interesses corporativos, eu diretamente, como magistrado, não tenho nenhum interesse de carreira pelos novos tribunais, porque já atingi o ápice da carreira onde estou e sou paulista, mas, volto a dizer: essa emenda à Constituição atende diretamente ao interesse do povo brasileiro. Como disse o Deputado André Vargas em sua fala, muitos cidadãos, especialmente nas causas de natureza previdenciária, falecem sem ter recebido o que lhes era de direito.

E, Deputado André Vargas, eu dou esse testemunho, porque o meu pai faleceu sem ter reconhecido o seu direito pelo Estado. Não conseguiu obter em vida o que lhe era devido, por força do congestionamento que existe na Justiça Federal. E eu, como magistrado, nada pude fazer, infelizmente.

Então, eu dou esse testemunho da importância que é o redimensionamento da Justiça Federal de segundo grau. Todos os Srs. Parlamentares estão de parabéns, por terem acolhido esta que não era e não é uma proposição corporativa, mas uma proposição importante para o povo brasileiro.

Por isso, hoje é um dia histórico, é um dia de agradecimento. E o que eu posso dizer a todos é: muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

Eu consultaria se mais alguém gostaria usar da palavra. O Senador Alvaro Dias gostaria de usar da palavra? (Pausa.)

Então, o nosso último inscrito, portanto, é o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Congressistas, membros do Judiciário, serei muito breve. Sem tentar cometer erro, meu caro Amauri, de citar nomes ou falar do empenho desse ou daquele, quero primeiro parabenizar o papel que a Câmara dos Deputados teve nesse episódio, por conta exatamente de um processo de muitos anos, diferentemente do que muitos diziam, sobre a questão da aceleração que foi montada para que isso fosse votado. Eu diria inclusive que houve uma dormitação desse processo, a partir de toda a restruturação que se buscou do Judiciário brasileiro.

A Câmara foi diligente, nós do Senado devolvemos a PEC para a Câmara dos Deputados, a partir dessa necessidade, principalmente, de votação. Nesta Casa, por diversas vezes, buscou-se tanto o Senador Alvaro Dias quanto a bancada do Paraná, a bancada de Minas Gerais, a bancada da Bahia, a bancada do Amazonas, tentando, Senador Alvaro Dias, por diversas vezes, inclusive, votar matérias à parte, ou seja, PECs quase que separadas, para que nós buscássemos a

viabilidade. Mas essa solução, além de mais correta, é ágil e se encaixa exatamente dentro daquele que foi, aí sim, o caminho planejado para a ampliação, para a capilaridade do Judiciário, para atender a uma demanda que o próprio Judiciário cotidianamente manda para esta Casa.

A cada ano nós recebemos do Judiciário a demanda por criação de novas varas, a demanda por recursos para sustentar a criação dessas novas varas, a demanda por construção de espaços para ampliação da estrutura de tribunais do País inteiro.

Portanto, essa demanda agora veio acompanhada de duas peças fundamentais: a primeira delas é exatamente a Emenda Constitucional, portanto, criando o caminho correto, todo o arcabouço jurídico legal para que pudéssemos estabelecer esse desejo e essa demanda do povo brasileiro e, principalmente, do Judiciário. A segunda, meu caro Deputado Amauri, foi exatamente no debate do plano plurianual.

Eu tive oportunidade, meu caro Leonardo Quintão, de ser o Relator do PPA. E aqui quero realçar a pressão que sofri da bancada de Minas Gerais, da bancada do meu Estado, da bancada do Paraná, da bancada do Amazonas, e particularmente, por diversas vezes nas sessões de debate sobre o PPA, da bancada de Minas Gerais, de forma uníssona. E aí eu cito aqui o Deputado Leonardo Quintão, assim como o Deputado Reginaldo, que por diversas vezes nós fomos discutir como aportar recursos. E fizemos isso.

Do PPA que foi aprovado em 2011 por este Congresso consta exatamente recursos para sustentar esta Emenda Constitucional que está aqui agora, meu caro Odair, sendo promulgada.

Portanto, não fizemos nada mais, nada menos, do que ir ao encontro do desejo da reestruturação desses tribunais e ir ao encontro da demanda para atender aos mais pobres deste País. Essa é a tarefa central da Justiça. A capilaridade não é só para aumentar estrutura, como muita gente já havia se pronunciado, ela é para fazer com que a Justiça chegue aos lugares mais distantes deste País, para que a população que mais precisa da Justiça e que menos pode tenha acesso a essa Justiça de forma muito mais rápida.

Portanto, hoje é um dia, diria, de vitória para o povo brasileiro, é um dia de conquista para o Judiciário, mas principalmente é um dia de cidadania.

Parabéns! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas. PT-PR) – O Deputado Reginaldo Lopes tinha pedido a palavra, rapidamente, para nós concluirmos.

**O SR. REGINALDO LOPES** (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Eu quero, Presidente André Vargas, dizer da importância da promulgação dessa emenda constitucional.

Primeiro, é evidente, é importante para o Brasil, é importante para o povo brasileiro, porque nós vamos aproximar o cidadão da Justiça. Não há Estado de Direito, e não se consolida um Estado de Direito, onde de fato um cidadão demora 10, 20 ou 30 anos para ter acesso a direitos.

Quero em especial registrar a importância dessa matéria para o Estado de Minas Gerais. É importante destacar. É evidente que aprovamos corretamente para os 4 Estados, mas, nos indicadores dos processos previdenciários, Minas é responsável aqui no Tribunal Regional da 1ª instância por mais de 50% – 58% para ser preciso. E no total, Deputado Odair Cunha, mais de 40%.

Então, nós teremos tarefas enormes pela frente, Deputado Amauri colocou muito bem, mas de fato todos nós, em uma matéria que foi abraçada por todos os partidos políticos, precisamos agora acelerar a tramitação da lei ordinária, para consolidar a implementação e instalação imediatamente desses tribunais.

Quero aqui dizer da nossa disposição, acho que essa matéria é extremamente justa, é boa para o País, é boa para o povo brasileiro.

Registro, para agradecer, porque eu acho que há vários atores que, às vezes, não aparecem, mas que tiveram papel importante. No nosso Estado, o nosso Juiz Federal, Dr. Ricardo Rabelo, foi um entusiasta, ou seja, sempre convencido da importância, mas acima de tudo também alguém que mobilizou a nossa bancada de Minas.

Então, fica o nosso registro e, por último também, quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro. De fato, ele fez um registro, não é, Deputado Leonardo Quintão? Lembro que, quando discutia que não tinha previsão, no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias, não tinha previsão orçamentária, o Senador Walter Pinheiro viabilizou, do ponto de vista das metas para os próximos 4 anos, acolhendo uma emenda que foi apresentada pela bancada de Minas Gerais, entre as cinco emendas. Eu tinha oportunidade, naquele momento, de ser coordenador da bancada de Minas e nós priorizamos, 53 Deputados Federais de Minas Gerais de todos os partidos políticos e os três Senadores, essa emenda para viabilizar, para que pudéssemos chegar aqui, neste dia de hoje, e comemorar com o povo brasileiro essa matéria tão importante.

Então, obrigado. Parabéns a todos por essa conquista. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas PT-PR) – Rapidamente, com a palavra o nosso Presidente da Frente Parlamentar da Advocacia, Gabriel Guimarães. Essas Minas Gerais vão chegando e vão falando.

Já falaram uns seis.

**O SR. GABRIEL GUIMARÃES** (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Sr. Presidente, cumprimento também o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius. Saúdo aqui, Sr. Presidente, a sua coragem, a sua determinação e a sua demonstração de que esta Casa, o Congresso Nacional, em todos os momentos, em toda ação, assim como ao Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos Tribunais, que esta Casa não pode fugir de polêmicas, como hoje também não o está fazendo.

Acompanhamos toda a polêmica que tem gerado essa proposta de emenda à Constituição, em todos os momentos que passamos aqui debruçados sobre esse assunto, trabalhando sobre esse assunto. Agora, uma coisa é certa, Presidente Marcus Vinícius: de todas as polêmicas que cercam esse tema, uma não é polêmico: a importância da criação desses tribunais. Esse é o ponto principal e que demonstra a maior importância do dia de hoje.

Nós, do nosso Estado de Minas Gerais, como dos outros Estados, fazemos parte desse movimento conjunto pela criação desses tribunais. Esta Casa apenas referendou a vontade do povo, que já se manifestou por diversas vezes, solicitando, pedindo, cobrando a criação desses tribunais.

Então, este dia de hoje está marcado como o dia de reconhecimento da legitimidade que nos colocou aqui, de quem elegeu os Deputados Federais, os Senadores, de quem, por muitas vezes, já manifestou a importância da criação desses tribunais. Ruy Barbosa já dizia aqui no Senado Federal, por muitas vezes, que a justiça, quando não é no tempo certo, é a injustiça camuflada.

Então, o que queremos, com a criação desses tribunais, é demonstrar que a Justiça, para ser justa, deve ser célere.

Hoje, com a promulgação dessa PEC, estaremos fazendo justiça a diversos Senadores que passaram por aqui, como, por exemplo, a Senadora Júnia Marise, do nosso Estado, que trabalhou muito por essa PEC; estamos fazendo justiça aos advogados, aos profissionais do Direito, que querem poder trabalhar com a garantia de que o seu trabalho será reconhecido, será julgado; mas, mais do que tudo isso, estamos fazendo justiça aos milhares de jurisdicionados que querem, que pedem a promulgação dessa PEC e a criação desses tribunais.

Então, parabéns, Presidente André Vargas, pela sua determinação, pela sua coragem e, sobretudo, pela sua demonstração de que o Congresso Nacional deve cada vez mais reafirmar o seu desejo de representar, acima de tudo, a vontade do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas PT-PR) – Obrigado, Deputado Gabriel Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE** (André Vargas PT-PR) – Convido aqueles que quiserem para tirarmos uma foto oficial da promulgação.

Agradecemos às autoridades e a todos que nos honraram com as suas presenças e declaro encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 10 horas e 33 minutos.)*

## COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados <sup>2</sup>

#### COMPOSIÇÃO <sup>3</sup>

**Presidente:** Senador Lobão Filho (PMDB/MA)<sup>8</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)<sup>8</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)<sup>8</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)<sup>8</sup>

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)  
**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)  
**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. <sup>6</sup>
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>
Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>7</sup>	2. <sup>5 e 7</sup>
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) <sup>5</sup>
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) <sup>4</sup>
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL <sup>1</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zézéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
<b>PMDB</b>	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR) <sup>7</sup>
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) <sup>7</sup>
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) <sup>4</sup>
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) <sup>4</sup>
<b>PSDB</b>	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) <sup>2</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) <sup>3</sup>
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
<b>PP</b>	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) <sup>5</sup>
<b>DEM</b>	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
<b>PSD</b>	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
<b>PR</b>	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
<b>PSB</b>	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) <sup>6</sup>	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
<b>PDT</b>	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
<b>PSC</b>	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
<b>PCdoB</b>	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
<b>PTdoB<sup>1</sup></b>	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

**Secretaria:** Maria do Socorro de L. Dantas  
**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893  
**Fax:** (61) 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

## RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS**

**Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR**

**Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI**

**Coordenador:** Deputado Afonso Florence (PT/BA)

**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE**

**Coordenador:** Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

## COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados<sup>21</sup>

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin<sup>15, 20 e 27</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro<sup>15, 20 e 27</sup>**Relator:** Deputado Sarney Filho<sup>16, 20 e 27</sup>**Instalação:** 27-2-2013<sup>15, 20 e 27</sup>

## Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7, 23 e 26</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. 7 e 17
<sup>22</sup>	5. 22
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3, 14 e 28</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3 e 28</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3 e 28</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3 e 28</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11, 12 e 28</sup>	3. 3 e 29
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3, 18 e 29</sup>	4. 3, 18 e 28
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. 2 e 24
Wilder Morais (DEM/GO) <sup>6, 10 e 25</sup>	2. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6, 10 e 28</sup>
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4 e 29</sup>	1. 8, 9 e 12
	2.
PSOL <sup>1</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5 e 29</sup>	1.

## Notas:

- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2 19</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. <sup>14</sup>
<sup>14</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2, 11 e 13</sup>	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>2 e 13</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC) <sup>2 e 20</sup>	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) <sup>2 e 20</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 18</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
<b>PSB</b>	
Glauber Braga (PSB/RJ) <sup>2 e 17</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13 e 17</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 e 16</sup>	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2 e 16</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

**13-** Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

**14-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**15-** Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

**16-** Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

**17-** Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

**18-** Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

**19-** Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

**20-** Designado o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**  
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Wilder Morais (DEM/GO) <sup>3</sup>	1. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>3</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
	1.
	2.
<b>PSOL<sup>2</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

**Notas:**

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino <sup>4</sup>Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço <sup>4</sup>

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>1</sup>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) <sup>2</sup>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>3</sup>

(Atualizada em 10.04.2013)

**Notas:**

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: [scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores<sup>18</sup> e 13 (treze) Deputados<sup>18</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013<sup>17</sup>Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013<sup>21</sup>

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota

Relatora: Senadora Ana Rita

## Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) <sup>20</sup>	2. Lídice da Mata (PSB/BA) <sup>10 e 11</sup>
<sup>11</sup>	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
<sup>16</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>14 e 15</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>3, 4, 9 e 13</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>2, 8, 12 e 16</sup>
	3.
	4.
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) <sup>7</sup>
PSOL <sup>1</sup>	
<sup>5</sup>	1.

## Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012-GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
Nilda Gondim <sup>14 e 16</sup>	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) <sup>9 e 12</sup>
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSD</b>	
Ademir Camilo (PSD/MG) <sup>10 e 11</sup>	1. 2.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. 2, 4 e 13
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Magda Mofatto (PTB/GO) <sup>15</sup>	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)****Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

## ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:

## Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)<sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)<sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD<sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

## Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 969/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
	PT
	1.
	2.
	PMDB
Leandro Vilela <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende <sup>1</sup>
Luiz Pitiman <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel <sup>1</sup>
	PSDB
	1.
	PP
Roberto Britto <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro <sup>1</sup>
	DEM
Augusto Coutinho <sup>1</sup>	1. João Bittar <sup>1</sup>
	PR
	1.
	PSB
	1.
	PDT
	1.
	Bloco Parlamentar (PV / PPS)
Augusto Carvalho <sup>1</sup>	1.
	PTB
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**  
 Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho  
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514  
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro <sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>1</sup>

**Instalação:** 12-3-2013 <sup>1</sup>  
**Prazo Final:** 11-5-2013  
**Prazo Final Prorrogado:** 11-7-2013 <sup>2</sup>

<b>Senado Federal</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

**Notas:**

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.  
 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá<sup>2</sup>

**Instalação:** 2-4-2013<sup>2</sup>

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>3</sup>	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

**Notas:**

1 - Alinea “a” do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## CONSELHOS E ÓRGÃO

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> André Vargas (PT-PR)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Biffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Décio Lima (PT/SC)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL<sup>1</sup>

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA<sup>2</sup>Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA<sup>2</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSE CATARINO NASCIMENTO	VAGO <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO <sup>4</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

## SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

## Notes:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>****37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**Presidente: Deputado Newton Lima<sup>2</sup>Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer<sup>2</sup>Vice-Presidente: Deputado Renato Molling<sup>2</sup>

Designação: 07.05.2013

**Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
<b>PMDB</b>	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marcel Filho	Ronaldo Benedet
Raúl Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha <sup>3</sup>
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
<b>PSD</b>	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
<b>PR</b>	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>PTB</b>	
Paes Landim	Jorge Corte Real
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire	Antônio Roberto
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
João Ananias	Chico Lopes
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz <sup>4</sup>
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares <sup>4</sup>	Humberto Costa
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)</b>	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

## Código de Trânsito Brasileiro



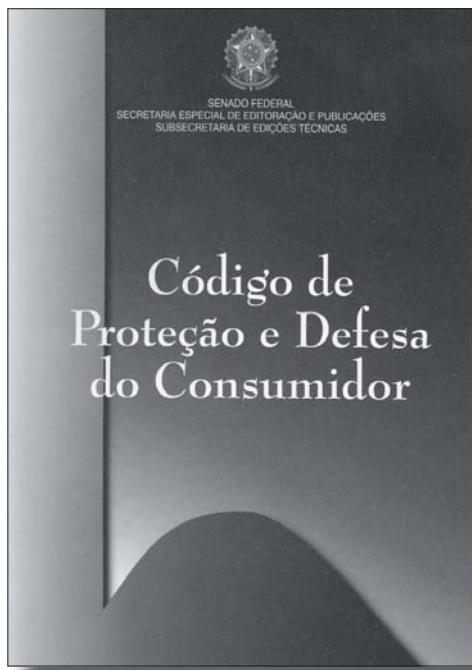
Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:  
[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

## Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:  
[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

# DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

## SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

## ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

# NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

## ORDEM BANCÁRIA

**UG - 020054**      **GESTÃO - 00001**

## EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

**UG - 020054**      **GESTÃO - 00001**      **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima  
**EMISSÃO DE GRU SIAFI.**

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS  
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ  
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 40 páginas  
(OS: 12906/2013)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

